

O OLHAR GOVERNAMENTAL SOBRE O SUJEITO-PROFESSOR NO DISCURSO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Sandra Luzia Wrobel Straub¹

[...] Dois pontos incontornáveis:

- Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’ (Michel Pêcheux, 1997, p. 304).

RESUMO

Este trabalho analisa no discurso do governo, na perspectiva da análise de discurso materialista francesa, a noção da formação imaginária na produção de sentidos sobre o sujeito-professor, no lançamento do Programa *Telecomunidade* (2001) e nas diretrizes do *ProInfo* (1997). Nossas análises nos permitiram compreender o confronto político-ideológico no modo de instituir sentidos à/na educação brasileira. Possibilidades de novas interrogações se inscrevem nessa materialidade simbólica do uso das tecnologias na escola, e assim outros sentidos podem ser buscados.

Palavras-chave: análise de discurso, políticas públicas, tecnologias de informação e de comunicação.

Este trabalho, resultado de pesquisa de doutorado, compõe a minha tese “*Política de Informática na educação: o discurso governamental*”², defendida em Linguística na UNICAMP/2012, na área de Análise de Discurso, em que trabalhei as análises utilizando-me de cinco recortes e o que trago para a discussão aqui é o recorte: “*O professor como fator de sucesso das políticas públicas*”.

Nesse recorte observamos, no discurso do governo, a noção da formação imaginária na produção de sentidos sobre o sujeito-professor. É na e pela linguagem,

¹ Departamento de Pedagogia, UNEMAT/Campus Universitário de Sinop/MT, Doutora em Linguística, na área de Análise de Discurso pela UNICAMP. E-mail: wrobelstraub.sandra@gmail.com

² Pesquisa financiada pela UNEMAT/UNICAMP/CAPES/FAPEMAT.

presente na vida das pessoas, que os sujeitos constroem suas práticas discursivas, e a linguagem “só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2007, p. 25). Para a autora (2007, p. 12), “[...] a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco)”.

Nas sequências discursivas, a seguir, podemos observar os sentidos produzidos pelo dizer governamental nos discursos dos representantes de governo no lançamento do *Telecomunidade: mais comunicação para todos* (2001)³, como também nas Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação - *ProInfo* (1997), na proposição do *professor como fator de sucesso das políticas públicas*:

SD1 (23) - O Ministério da Educação *treinando professores para que os professores possam até saber das coisas que vão falar e não ter simplesmente voz para gritar, ter sim instrumentos para ensinar e para eles próprios aprenderem. É um novo Brasil* (Discurso do Presidente no lançamento do *Telecomunidade*, 2001).

SD2 (24) - [...] A garantia de otimização dos vultuosos recursos públicos nele investidos, reside, em primeiro lugar, na ênfase dada à *capacitação de recursos humanos, que precede a instalação de equipamentos e responde por 46% do custo total do programa* (Apresentação das Diretrizes do *ProInfo*, 1997).

SD3 (25) - *O sucesso deste Programa depende fundamentalmente da capacitação dos recursos humanos envolvidos com sua operacionalização* (Diretrizes do *ProInfo*, 1997, p. 10).

SD4 (26) - *Capacitar para o trabalho com as novas tecnologias de informática e de telecomunicações não significa apenas preparar o indivíduo para um novo trabalho docente. Significa, de fato, prepará-lo para ingresso em uma nova cultura, apoiada em tecnologia que suporta e integra processos de interação e comunicação.*

A capacitação de professores para o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação implica redimensionar o papel que o professor deverá desempenhar na formação do cidadão do século XXI. É, de fato, um desafio à pedagogia tradicional, porque significa introduzir mudanças no processo ensino-aprendizagem e, ainda, nos modos de estruturação e funcionamento da escola e de suas relações com a comunidade. (Diretrizes do *ProInfo*, 1997, p. 10).

³ Gravação e transcrição dos discursos feita pela pesquisadora Sandra Luzia Wrobel Straub, no lançamento do *Telecomunidade: mais comunicação para todos* realizado na *Escola Estadual de Educação Básica Nilza de Oliveira Pipino*, município de Sinop em 19 de fevereiro de 2001.

SD5 (27) - O MEC, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, tem criado ou reformulado mecanismos de apoio ao sistema público de educação, para o qual traçou, dentre outras, as seguintes diretrizes: fortalecimento da ação *pedagógica do professor na sala de aula e da gestão da escola*, maior envolvimento da sociedade na busca de soluções educacionais e modernização com inovações tecnológicas introduzidas no processo ensino-aprendizagem. Este Programa, portanto, se insere no conjunto de ações desenvolvidas em respeito a estas diretrizes (Diretrizes do *ProInfo*, 1997, p. 5).

SD6 (28) - Objetivos de preparação de recursos humanos:

- 1) *Estruturar um sistema de formação continuada de professores no uso das novas tecnologias da informação, visando o máximo de qualidade e eficiência;*
- 2) Desenvolver modelos de *capacitação* que privilegiem a aprendizagem cooperativa e autônoma, possibilitando aos professores de diferentes regiões geográficas do país oportunidades de intercomunicação e interação com especialistas, o que deverá gerar uma nova cultura de educação à distância;
- 3) *Preparar professores para saberem usar as novas tecnologias da informação* de forma autônoma e independente, possibilitando a incorporação das novas tecnologias à experiência profissional de cada um, visando a *transformação de sua prática pedagógica*; (Diretrizes do *ProInfo*, 1997, p. 8).

SD7 (29) - *Só haverá, porém, uso efetivo dessa tecnologia na escola se professores, alunos, diretores de escolas, pais de alunos, fornecedores de hardware e software, prestadores de serviços, professores e pesquisadores universitários e governantes compreenderem os seus benefícios potenciais, mas também suas limitações* (Diretrizes do *ProInfo*, 1997, p. 10).

No discurso do Presidente no lançamento do *Telecomunidade* (2001), na SD1, os sentidos de professor se apresenta como aquele que precisa ser preparado para falar/ensinar, ou seja, o professor é mostrado como aquele que possui um saber fragilizado, que se encontra despreparado para a prática pedagógica que os tempos atuais exigem.

“Treinando professores” remete ao sentido de preparar do jeito que se deseja. Ou ainda, tornar apto para o desempenho de determinada função que se espera que seja cumprida com eficiência. Treinar remete ao sentido de repetição. Treinar na definição do dicionário (BUENO, 1986, p. 1145) é “[...] habituar; acostumar; adestrar” e treinamento como “ato ou efeito de treinar; exercício”. Ou seja, podemos dizer que é fazer e refazer por diversas vezes até conseguir realizar o intento da forma proposta inicialmente por alguém. A capacitação da maneira proposta pelo governo, como “treinamento”, pode levar o professor a uma prática de repetição menmônica, uma mera repetição de dados ou fatos sem a possibilidade de reflexão, de historicização. Os efeitos de sentidos na SD1 são que o professor precisa trabalhar com seus alunos a partir do treinamento recebido, ou seja, a partir das propostas governamentais estabelecidas como se as TICs carregassem a garantia de melhorar a educação. A educação concebida como repetição, como transmissão de conhecimentos é o que o educador brasileiro Paulo Freire (1999) denomina como “educação bancária”, ou seja, como se o sujeito-aluno ficasse na sala de aula sentado e fosse um recipiente recebendo os conhecimentos prontos para a sua vida. O educando como um sujeito sem memória, sem sentidos. No entanto, conforme Furlan e Megid (2009, p. 12), lembramos que o Discurso Pedagógico (DP),

[...] está sempre sujeito à língua e, portanto, também a uma história e a uma ideologia, não podemos pensar o professor como uma posição neutra. Nos enunciados que circulam na escola, há sempre filiações histórico-ideológicas que são feitas para que os efeitos de sentido possam ser produzidos.

Tanto o discurso governamental quanto as Diretrizes do *ProInfo* apontam para a necessidade de preparação do professor para o trabalho na escola, como se o professor não tivesse uma formação que permitisse sua atuação, ou seja, sentidos complexos, uma vez que para atuar na escola o profissional deve comprovar sua habilitação.

Na SD1, a formulação: “para que os professores possam até saber das coisas que vão falar”, pode-se parafrasear dizendo: os professores não sabem o que falam. Ao parafrasear pensamos as formações imaginárias, ou seja, para o Presidente da República o professor não sabe o que ensina em sala de aula. Orlandi (2007) aborda que as formações imaginárias são constituídas de relações de força, relações de sentido e de

antecipação, ou seja, os discursos resultam de relações. As relações de força no discurso governamental se apresentam como uma fala da posição sujeito-Presidente da República. Para Orlandi (2007, p. 39), segundo a noção de relações de força “podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno”. A fala do Presidente da República significa diferente da fala do professor, do aluno, dos pais dos alunos. A imagem que fazemos do Presidente da República é de um sujeito que conhece e compreende a nação que governa. Assim, ele fala de uma posição de quem sabe o que está falando sobre a atuação do professor na escola e da educação como ela acontece em seu país. O que nos remete para o pensar que a situação da educação/escola pública brasileira não está boa, como se constata no dizer do Presidente da República na formulação: “para que os professores possam até saber das coisas que vão falar”. A marca que está funcionando é que “o professor não sabe”. Se pensarmos os espaços administrativos (político, jurídico e econômico) em que o governo se estabelece, são espaços de sentidos “logicamente estabilizados”, e, como aborda Pêcheux (2008, p. 31), nestes espaços “[...] supõe-se que todo falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”. De acordo com Orlandi (2006, p. 21), “pela posição do professor na instituição (como autoridade convenientemente titulada) e pela apropriação do cientista feita por ele, *dizer e saber* se equivalem [...]. E a voz do saber fala no professor”. Assim, a voz institucional se mostra em deslocamento dos elementos do processo de ensino e aprendizagem considerados na escola. Sentidos polissêmicos se apresentam na voz institucional sobre a formação imaginária do professor. Para Orlandi (2007^a, p. 36), na polissemia “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”. Para a autora (Ibid., p. 38), a polissemia é a fonte da linguagem

Uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

O dizer governamental apresenta um professor que “não sabe” o que diz, mas tem “voz para gritar”. O olhar do governo para o sujeito-professor está no sentido de que este profissional não possui uma qualificação apropriada para desenvolvimento de suas atividades, ou seja, ele usa a sua voz para “gritar”, altera sua voz em sala de aula e não desenvolve suas atividades de ensinar. O “gritar” está deslocado do ambiente pedagógico. No entanto, existe uma deriva de sentido neste dizer, pois o governo se encontra em pronunciamento em uma escola pública no lançamento do *Telecomunidade* que se entrelaça com o *ProInfo* nessa ação governamental, cujo público, a população que ali se encontrava, era constituído por convidados especiais, além de professores, pais e alunos, sendo que estes últimos gritavam ao fundo: “arroz e feijão e mais educação”. O “gritar” para o governo pode ter o sentido de fazer reivindicações constantemente. Ou, ainda, soa como se o professor devesse se calar frente às situações econômicas, políticas e sociais do país. Nessa formulação governamental no espaço físico de uma instituição escolar e na presença de governança política e educacional, de professores, alunos e pais, a escola, nesse dizer, fica como meio de repasse dos interesses do governo. Podemos dizer que a escola é vista pelo governo como Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Para Althusser (2007, p. 31): “todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista”.

Assim, a voz governamental parece se guiar pelas considerações althusserianas, uma vez que propõe treinamentos aos professores para que estes se adequem às propostas governamentais e sigam as instruções, as recomendações proferidas. Ainda nessa SD1, o Presidente da República apresenta a não confiabilidade no processo educacional que governa quando diz: “ter sim instrumentos para ensinar e para eles próprios aprenderem”, como se até o presente momento os professores não tivessem possibilidades de ensinar e de aprender. Os sentidos observados são do uso da tecnologia na educação como a salvação para o ensinar e o aprender para a realidade do mundo em que se encontram.

O discurso governamental, representado na fala do Presidente da República, traz a memória discursiva de que professor e aluno desconhecem algumas coisas, não se encontram preparados, assim, ficam impossibilitados, muitas vezes, de produzir conhecimentos significativos. A tecnologia aparece, novamente, como salvadora no

processo do ensino e aprendizagem, ou seja, para o governo é com o uso das TICs na educação que esse processo terá melhoria e o aluno poderá tornar-se mais competitivo e ter melhores possibilidades no mercado de trabalho.

Observamos, na SD2, nas Diretrizes do *ProInfo*, que o sujeito-professor faz parte dos 46% do custo total do programa, ou seja, quase metade dos investimentos se volta para os recursos humanos. Na SD3, nas Diretrizes do *ProInfo*, o investimento na capacitação do sujeito-professor aparece como um condicionante para o sucesso do programa; se torna um ponto chave para o sucesso da proposta estabelecida. De um jeito ou de outro a ênfase se mostra no sujeito-professor. O discurso governamental caminha na direção de que o sujeito-professor é peça fundamental para a realização da proposta.

Na SD4 está implicada a relação temporal de passado do sujeito-professor na sala de aula com o futuro deste profissional com o uso da tecnologia na educação. O governo volta a enfatizar que com as tecnologias no uso escolar a educação obterá mudanças significativas em diferentes aspectos e setores educacionais, pois enfatiza que o uso das tecnologias “significa introduzir mudanças no processo de ensino-aprendizagem e, ainda, nos modos de estruturação e funcionamento da escola e de suas relações com a comunidade”. Sentidos de que a educação, da maneira como vem se desenvolvendo, não está sendo satisfatória para as perspectivas governamentais, por isso a proposta de mudança.

Na SD5 observamos que a inserção da tecnologia da informática na escola se estabelece na relação com o “fortalecimento da ação pedagógica do professor na sala de aula e da gestão da escola”. Novamente os sentidos que aparecem são de que a informática vem para fortalecer, para auxiliar em mudanças, ou seja, aqui vem como proposta de dar corpo às questões pedagógicas a partir do sujeito-professor e do sujeito-gestor. O sujeito escolar não está sendo considerado em seu processo de identificação, ou seja, o político, o administrativo e o jurídico deixam de lado o processo histórico da/na constituição do sujeito e da escola. Para Lagazzi-Rodrigues (2003, p. 70), “a disponibilização de novos sentidos na história dos sujeitos depende de processos de identificação, que são filiações simbólicas definidas no confronto material dos sentidos”. Para a autora, a sala de aula

[...] deve ser um espaço em que as fronteiras sejam limites a serem reorganizados, nem desfeitos nem imobilizados. Há sempre ‘outra

coisa que falta'. A incompletude e a contradição atravessam a sala de aula e nos afetam, docentes e alunos, em nossas necessidades equívocas, na relação com saberes equívocos.

Furlan e Megid (2009, p. 9) apresentam a sala de aula como não surgindo de um “passe de mágica” ou por acaso, e, nem “existindo por si só”. Para as autoras, na sala de aula “a linguagem permeia as relações entre alunos e professores, colocando sujeitos, história e ideologia em movimento durante o processo ensino-aprendizagem”.

Sabemos que os sentidos são determinados pela história e pela ideologia no funcionamento da língua, assim, os sentidos do discurso governamental sobre a política de informática na educação se faz nessa relação à sociedade, definida como neoliberal, com o início de um novo século que se investe em novas perspectivas sociais, tecnológicas e econômicas.

Na SD6 observamos os sentidos das obrigações que o professor deve ter, que ressoam na relação com a tecnologia na escola. Nas formulações: “estruturar um sistema de formação continuada de professores”; “uso de novas tecnologias da informação”; “visando o máximo de qualidade e eficiência” e “que privilegiem as aprendizagens cooperativa e autônoma”. Isso seria a capacitação que deveria ser dada ao professor? Nesse discurso governamental nos parece que capacitar é preparar o professor para trabalhar com a máquina, deixar que as tecnologias de informação e de comunicação (TICs), que já possuem em si, a capacidade de melhorar a qualidade de ensino, funcionem no processo de ensino e aprendizagem. Capacitar pode ser entendida como investimento no capital humano, com o uso da tecnologia para a formação do professor, numa lógica neoliberal de inovação, de competitividade, produtividade aliada a qualidade, eficiência, cooperação e autonomia.

Outro sentido nessa SD6 é que com o uso da tecnologia o professor transforma a “sua prática pedagógica”. A TIC como proposta para modificar/alterar as atividades desenvolvidas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem junto à escola.

Na SD7, nas Diretrizes do *ProInfo*, a tecnologia na escola é colocada no mesmo patamar que todos os recursos humanos e componentes físicos de máquinas. Parece que pais, alunos, professores e máquinas se equivalem nessa relação com a tecnologia. A preocupação que se apresenta é com o impacto da tecnologia quanto à qualidade, eficiência e equidade na educação. Também observamos que ao afirmar que “só haverá, porém, uso efetivo dessa tecnologia na escola se [...] compreenderem os seus benefícios

potencias, mas também suas limitações”, o governo não se pergunta pelo funcionamento da tecnologia de informação na escola, o que parece é que a preocupação se encontra apenas na sua aplicação. O dizer de que “só haverá” “se”, nos leva a pensar que o governo acredita que a compreensão do uso das TICs se dá *a priori*. Pode existir compreensão a priori, antes da prática? Podemos dizer que o governo precisaria também compreender o funcionamento da tecnologia de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Os sentidos reafirmados são de que a introdução da tecnologia na escola é a redentora de todos os males, que a tecnologia irá propiciar a melhoria do ensino, e isso acontecerá, segundo o governo, na medida em que o professor estiver preparado para utilizá-la na sua prática cotidiana.

Considerações finais: efeito de fecho

Nesse processo de análise, observamos que o modo de vida dos sujeitos, presente em práticas que se desenvolvem para a produção, para o consumo e a concorrência de mercado, se entre mesclam com as TICs nas discussões sobre o desenvolvimento do país.

“O professor como fator de sucesso das políticas públicas” é o que o governo apresenta para a introdução das TICs no processo de ensino e aprendizagem para promover a melhoria da qualidade de ensino e atender aos ideais da política de governo com a racionalidade econômica de produção, concorrência e competência.

Entendemos que a melhoria da qualidade da educação pode ser efetivada usando as TICs, desde que essas sejam usadas como ferramenta no processo de ensino e de aprendizagem, mas lembramos que não se pode garantir uma leitura analítica somente pelo seu uso. Pensamos o uso da tecnologia na possibilidade de novos sentidos, ou seja, na possibilidade da autoria como função discursiva do sujeito (ORLANDI, 2007a) no uso da internet.

A AD nos mostra que os sentidos ecoam em possibilidades de significar, não significam sozinhos, já existem sentidos. O discurso governamental, ao mesmo tempo em que convoca, desloca e mobiliza os sentidos pelas próprias condições de produção, media a discursividade pelo uso das TICs na educação. Essas condições de produção se constituíram/constituem da lógica neoliberal e perduram até os dias de hoje.

O discurso governamental, como discutido, considera o professor como uma peça fundamental para o sucesso no processo de implementação de políticas públicas na relação com as TICs na educação. No entanto, existe uma relação de tensão, pois ao mesmo tempo em que o governo em seu discurso aponta para a importância do professor na escola, por outro lado aponta que o professor é aquele que “não sabe”, deslocando os sentidos estabilizados de que o professor seria aquele que possui o saber, seria aquele que é capaz de conduzir o aluno na produção do conhecimento. O governo afirma que o saber do professor não se constitui de conhecimentos suficientes para sua prática e, então, acredita que as TICs poderão auxiliar no processo de ensino e aprendizagem a ser desenvolvido na escola, onde o professor precisará aprender a manusear a máquina para auxiliar seus alunos nas atividades.

Uma marca importante no conjunto do discurso governamental sobre as TICs na educação é o apagamento da referência ao sujeito. O sujeito fica apagado pela “educação”, pelo “progresso”, pelo “conhecimento e expansão do conhecimento”, pela “emancipação individual e coletiva”, pela “ciência” e pela “tecnologia”. O governo não traz a voz do sujeito, ele fala do sujeito professor, mas não lhe dá voz, tira-lhe essa voz ao dizer que o professor usando a tecnologia pode “até saber das coisas que vão falar”. Esses professores aos quais o governo se refere, lembramos, são os professores das escolas públicas! Lacunas se abrem, permitindo comparações nada produtivas entre a escola pública e a privada, entre os professores das escolas públicas e os da escola privada.

Possibilidades de novas interrogações se inscrevem nessa materialidade simbólica do uso das tecnologias na escola, e assim outros sentidos podem ser buscados. Como nos lembra Pêcheux (1997): “é preciso ousar se revoltar” e “é preciso ousar pensar por si mesmo”.

Referências

ALTHUSSER, Luis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Gaal, (1985), 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes do ProInfo*. Brasília, 1997.

BUENO, Francisco da Bueno. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Colaboração de Dinorah da Silveira Campos Pecoraro; Gíglío Pecoraro; Geraldo Bressane. 11^o ed. 10 tiragem, Rio de Janeiro: FAE, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, (Coleção Leitura).

FURLAN, Cássia Cristina; MEGID, Cristiane Maria. Língua e Linguagem em movimento na sala de aula. In: BOLOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). *Discurso e ensino: práticas de linguagem na escola*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. (Série Discurso e Ensino).

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Percursos que se cruzam*. Leituras que se abrem.

ORLANDI, Eni P. (Org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: São Paulo, LABEURB/UNICAMP, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, 4 ed., 4 reimpressão, 2006.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas: São Paulo: Pontes Editores, 2007.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas, São Paulo: 2007a.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 3 ed. S.P.-Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi, 5 ed. Campinas: São Paulo, Pontes Editores, 2008.

THE GOVERNMENT VIEW ABOUT THE SUBJECT-TEACHER IN THE DISCOURSE ON THE TECHNOLOGIES OF INFORMATION AND COMMUNICATION

ABSTRACT

This paper analyzes in the discourse of the government, on the view of French materialist discourse analysis, the notion of imaginary formation in the production of meaning about the subject-teacher at the launch of Telecommunity Program (2001) and in the guidelines of the

ProInfo (1997). Our analysis allowed us to understand the political and ideological confrontation on the way to establish directions to/in the Brazilian education. Possibilities of new questions fall into this symbolic materiality of the use of technologies in the school, and so other meanings can be sought from.

Keywords: discourse analysis, public policies, technologies of information and of communication.